

A QUALIDADE AMBIENTAL COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DO CONCEITO JURÍDICO DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA (DAS PRESENTES E FUTURAS GERAÇÕES)¹

Tiago Fensterseifer*

[...] tanto o pensamento de Kant quanto todas as concepções que sustentam ser a dignidade atributo exclusivo da pessoa humana – encontram-se, ao menos em tese, sujeitas à crítica de um excessivo antropocentrismo, notadamente naquilo em que sustentam, que a pessoa humana, em função de sua racionalidade, ocupa lugar privilegiado em relação aos demais seres vivos. Para além disso, sempre haverá como sustentar a dignidade da própria vida de um modo geral, ainda mais numa época em que o reconhecimento da proteção do meio ambiente como valor fundamental indicia que não mais está em causa apenas a vida humana, mas a preservação de todos os recursos naturais, incluindo todas as formas de vida existentes no planeta, ainda que se possa argumentar que tal proteção da vida em geral constitua, em última análise, exigência da vida humana e vida humana com dignidade.²

1 INTRODUÇÃO – A CONDIÇÃO HUMANA EM RISCO

Os avanços científicos e tecnológicos³ operados pela ciência moderna, a partir da revolução científica dos séculos XVI e XVII⁴ - pelas mãos de COPÉRNICO, DESCARTES, BACON, GALILEU e NEWTON – serviram, e ainda servem, de

* Mestrando em Direito pela PUCRS – Bolsista CNPq, Membro do Grupo de Pesquisa Constituição e Direitos Fundamentais da PUCRS (Coordenado pelo Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet), Membro do NEPAD - Núcleo de Estudos e Pesquisa Ambiente e Direito da PUCRS.

¹ Colaborou na revisão do presente artigo MARCELO FENSTERSEIFER, graduando em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Amapá.

² SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**. 2. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. p. 34-35.

³ O geógrafo brasileiro MILTON SANTOS leciona que “o desenvolvimento da história vai de par com o desenvolvimento das técnicas. Kant dizia que a história é um progresso sem fim das técnicas. A cada evolução técnica, uma nova etapa histórica se torna possível”. SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 24.

⁴ “Nos séculos XVI e XVII, a visão de mundo medieval, baseada na filosofia aristotélica e na teologia cristã, mudou radicalmente. A noção de um universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção do mundo como uma máquina, e a máquina do mundo tornou-se a metáfora dominante da era moderna. Essa mudança radical foi realizada pelas novas descobertas em física, astronomia e matemática, conhecidas como Revolução Científica e associadas aos nomes de Copérnico, Galileu, Descartes, Bacon e Newton”. CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996. p. 34.

instrumento de dominação e degradação dos recursos naturais. O conhecimento tecnológico e científico, que deveria ter o desenvolvimento, o bem-estar social e a qualidade e a dignidade da vida humana como suas finalidades maiores, passa a ser, com todo o seu poder de criação e destruição, a principal ameaça à manutenção e à sobrevivência da espécie humana, assim como de todo ecossistema planetário.⁵ O atual contexto de desenvolvimento tecnológico e industrial das sociedades contemporâneas levou-nos ao que ULRICH BECK⁶ consagrou como “sociedade de risco”. Os aparatos tecnológicos - em especial, os biotecnológicos e armamentistas - de que se serve a sociedade e os Estados para empregar um ritmo cada vez mais acelerado de desenvolvimento produz externalidades ao longo desse processo extremamente comprometedoras ao meio ambiente e à qualidade de vida das pessoas⁷.

O princípio da dignidade da pessoa humana apresenta na sua construção conceitual o elemento qualidade ambiental, sem o qual a vida humana não se concretiza de forma plena ou mesmo se desenvolve. Dessa forma, a contaminação química (com especial destaque para a nuclear e os poluentes orgânicos persistentes⁸) da água, do ar, do solo, assim como as ameaças imprevisíveis de alterações genéticas com o uso da biotecnologia na produção de alimentos capazes de comprometer ecossistemas inteiros⁹, entre outras tantas formas de degradação ambiental, afrontam

⁵ “O senso comum e a ciência são expressões da mesma necessidade básica, a necessidade de compreender o mundo, a fim de viver melhor e sobreviver. Para aqueles que teriam a tendência de achar que o senso comum é inferior à ciência, eu só gostaria de lembrar que, por dezenas de milhares de anos, os homens sobreviveram sem coisa alguma que se assemelhasse à nossa ciência. Depois de cerca de quatro séculos, desde que surgiu com seus fundadores, curiosamente a ciência está apresentando sérias ameaças à nossa sobrevivência.” ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2001. p. 21.

⁶ “Os sociólogos descrevem a sociedade atual, já obviamente pós-industrial, como uma ‘sociedade de risco’ (BECK) ou uma ‘sociedade do desaparecimento’ (BREUER), na medida em que corre ‘perigos ecológicos’ (e perigos genéticos) ou, segundo alguns, caminha mesmo, por força do seu próprio movimento, para a destruição das condições de vida naturais e sociais (e da própria pessoa) – é dizer, na medida em que ocorre o perigo de passar, ou transita efectivamente, da autoreferência (*autopoiesis*) para a autodestruição”. ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976**. 2.ed. Coimbra: Almedina, 2001. p. 61.

⁷ “Solamente con la supremacía del pensamiento y con el poder de la civilización técnica posibilitada por él, una forma de vida, ‘el hombre’, se ha colocado en situación de poner en peligro a todas las demás formas de vida y, con ellas, a sí mismo. No pudo ‘la naturaleza’ incurrir en mayor riesgo que el de hacer surgir al hombre.” JONAS, Hans. **El Principio de Responsabilidad**: ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Herder, 1995. p. 229.

⁸ Acerca da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), ver a dissertação de mestrado da professora LETÍCIA ALBUQUERQUE junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Santa Catarina, em vias de publicação pela Editora Juruá.

⁹ O princípio da precaução, expresso no princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, declara o compromisso que todos temos para com as futuras gerações, num âmbito de justiça e equidade intergeracional, ademais de firmar as responsabilidades éticas que temos na utilização de tecnologias que alterem o estado natural dos ecossistemas e da vida em geral. Entre outras coisas, o referido princípio condiciona uma ação responsável e cautelosa do homem/mulher na aplicação de tecnologias que possam – mesmo que remotamente – comprometer a vida e a qualidade ambiental. A expressão latina “*in dubio pro*” utilizada comumente no Direito Penal para determinar quem deve ser favorecido com o juízo de dúvida, no Direito Ambiental é aplicada invariavelmente como *in dubio pro “ambiente”*. É oportuna a lição do professor MORATO LEITE, ao referir que “o princípio da precaução, como estrutura indispensável ao Estado de justiça ambiental, busca verificar a necessidade de uma atividade de desenvolvimento e os potenciais de risco ou perigo desta. Parte-se dos pressupostos que os recursos ambientais são finitos e os desejos e a criatividade do homem infinitos, exigindo uma reflexão através da precaução, se a atividade pretendida, ou em execução, tem como escopo a manutenção dos processos ecológicos e de qualidade de vida.” LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 50-51.

diretamente a qualidade de vida e a dignidade da pessoa humana.

Diante desse quadro, entende-se como necessário repensar o conceito jurídico de dignidade da pessoa humana, no intuito de aproximá-lo das novas demandas e evolução sociais, com especial destaque para a questão ambiental. O professor INGO WOLFGANG SARLET, conforme se pode apreender do texto acima referido, provoca o questionamento sobre o reformulação do conceito kantiano-antropocêntrico de dignidade humana à luz dos novos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Não será necessário (ou mesmo imperativo) a reconstrução do referido conceito jurídico com base em uma concepção biocêntrica de dignidade humana ante a ameaça de sobrevivência da espécie humana que enfrentamos hoje?

2 POR UMA COMPREENSÃO SISTEMÁTICA DO DIREITO

2.1 Método científico, unidade do sistema jurídico e normatividade dos princípios constitucionais – um diálogo com Descartes, Canaris, Alexy, Morin, Capra e outros

O núcleo axiológico da Carta Magna brasileira, mais precisamente no seu art. 1º, inciso III, consagra a dignidade da pessoa humana¹⁰ como seu princípio fundamental superior, de onde parte e tem origem todo o sistema jurídico. “Os princípios constitucionais consubstanciam as premissas básicas de uma dada ordem jurídica, irradiando-se por todo o sistema. Eles indicam o ponto de partida e os caminhos a serem percorridos”.¹¹

A dignidade da pessoa humana (ombreado em importância talvez apenas com a vida - e mesmo esta há de ser vivida com dignidade) tem sido reiteradamente considerada como princípio (e valor) de maior hierarquia da nossa constituição e de todas as ordens jurídicas que a reconheceram.¹²

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, na condição de lei superior do ordenamento jurídico brasileiro, ao consagrar o Estado Democrático de Direito como sua base política estruturante,

¹⁰ “Consagrando expressamente, no título dos princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do nosso Estado democrático (e social) de Direito (art. 1º, inc. III, da CF), o nosso Constituinte de 1988 – a exemplo do que ocorreu, entre outros países, na Alemanha -, além de ter tomado uma decisão fundamental a respeito do sentido, da finalidade e da justificação do exercício do poder estatal e do próprio Estado, reconheceu categoricamente que é o Estado que existe em função da pessoa humana, e não o contrário, já que o ser humano constitui a finalidade precípua, e não meio da atividade estatal”. SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 66.

¹¹ BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: poderes e limites da Constituição Brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1993. p. 285.

¹² SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 85.

projeta os princípios¹³ e os direitos fundamentais que orientam todo o sistema jurídico, objetivando a efetiva concretização do seu conteúdo valorativo.

A tese da irradiação (tesis de la irradiación¹⁴) dos princípios fundamentais para todo o ordenamento jurídico, reconhecendo o caráter normativo¹⁵ destes, condiciona e dirige a atuação estatal nas suas três esferas de poder - executivo, legislativo e judiciário. ALEXY¹⁶, ao citar o entendimento do Tribunal Constitucional Alemão acerca da normatividade dos princípios fundamentais no sistema jurídico, leciona que

el Tribunal Constitucional Federal trata de dar cuenta del “efecto de irradiación” de las normas iusfundamentales en la totalidad del sistema jurídico con la ayuda del concepto de orden valorativo objetivo. Para citar al Tribunal: “De acuerdo con la jurisprudencia permanente del Tribunal Constitucional Federal, las normas iusfundamentales contienen no sólo derechos subjetivos de defensa del individuo frente al Estado, sino que representan, al mismo tiempo, un orden valorativo objetivo que, en tanto decisión básica jurídico-constitucional, vale para todos los ámbitos del derecho y proporciona directrices impulsos para la legislación, la administración y la justicia”.

A Constituição, na sua configuração material, deve recepcionar a realidade fática e social que dá origem e razão à sua ordem jurídica. É a partir do contexto histórico vivenciado pela sociedade “constituente” que os princípios e os valores constitucionais tomam forma e legitimam a sua própria incidência na ordem jurídica. Nesses termos, destaca-se a força normativa da constituição e, conseqüentemente, dos princípios constitucionais.

A constituição jurídica está condicionada pela realidade histórica. Ela não pode ser separada da realidade concreta de seu tempo. A pretensão de eficácia da Constituição somente pode ser realizada se se levar em conta essa realidade. A Constituição jurídica não configura apenas a expressão de uma dada realidade. Graças ao elemento normativo, ela ordena e conforma a realidade política e social. As possibilidades, mas também os limites da força normativa da Constituição resultam da correlação entre ser (*Sein*) e dever ser (*Sollen*).¹⁷

¹³ “A constituição da República criou princípios fundamentais, em sua parte introdutória, os quais não teriam razão de existir não fossem para instrumentalizar todo o tecido constitucional a regras consideradas pelo constituinte como fundamentais, a formar uma espécie de parâmetro interpretativo para os demais preceitos, e pressupostos para a inteligência de todos os institutos previstos pelo Texto e dispostos no mesmo grau hierárquico”. TEPEDINO, Gustavo. A nova propriedade – o seu conteúdo mínimo, entre o Código Civil, a legislação ordinária e a Constituição. **Revista Forense**, São Paulo, v. 306, p. 75, 1991.

¹⁴ ALEXY, Robert. **Teoría de los Derechos Fundamentales**. Tradução de Ernesto Garzón Valdés. Madri: Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2001. p. 507. Tradução de: *Theorie der Grundrechte*.

¹⁵ “É necessário sabermos, não obstante, que os princípios [...] também são normas. As normas compreendem um gênero do qual são espécies, as regras e os princípios. Além disso, como não há, concretamente, ‘o direito’, senão ‘os direitos’, devo reiterar: esses princípios gerais do direito realizam-se, concretamente, no bojo de cada direito, como princípios gerais do (deste) direito”. GRAU, Eros Roberto. **O Direito Posto e o Direito Pressuposto**. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 19.

¹⁶ ALEXY, op. cit., p. 507.

¹⁷ HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1991. p. 24.

A compreensão dessa nova ordem jurídica instituída pelo constitucionalismo do século XX é condicionada a uma concepção sistemática do direito. Através do pensamento sistemático de CANARIS¹⁸, a ciência jurídica é tida como um sistema aberto, capaz de, ao ponderar e harmonizar os valores que nela operam, encontrar um ponto de equilíbrio. Nesse aspecto, deve-se destacar que a visão científica sistemática contrapõe-se ao método científico moderno, que parte de uma compreensão reducionista do objeto estudado, compartimentando-o e afastando-o da realidade¹⁹. Enquanto o método de DESCARTES²⁰ procura proteger o conhecimento científico, a visão sistemática quer retirá-lo do tubo de ensaio laboratorial e expô-lo à dinâmica da vida, colocando-o constantemente à prova.²¹

O método científico cartesiano, que orientou nos últimos séculos a pesquisa em praticamente todas as áreas do conhecimento, mostra-se indiferente à vida, porquanto compartimenta e dissectiona a realidade do objeto estudado a tal ponto que não é mais permitido ao cientista visualizá-lo em relação ao contexto onde está inserido, não acompanhando a sua dinâmica. Estruturada na máxima da verdade universal e em uma metodologia rígida, a ciência moderna acreditava na neutralidade do cientista. Será possível tal neutralidade? Com certeza, a resposta é negativa. O que se conhece é o olhar do cientista sobre o seu objeto de pesquisa e não a coisa em si. A complexidade do mundo contemporâneo não contempla mais o pensamento científico que, ao retirar o objeto do seu contexto social e ambiental para estudá-lo, não considere tais dimensões no momento de instrumentalizá-lo.

A compreensão de um pensamento complexo e crítico constitui-se de pressuposto indispensável ao estudo da realidade contemporânea. Longe dos maniqueísmos e todos os demais “ismos” que circulam no universo científico, os

¹⁸ “A abertura do sistema jurídico não contradita a aplicabilidade do pensamento sistemático na Ciência do Direito. Ela partilha a abertura do ‘sistema científico’ com todas as outras Ciências, pois enquanto no domínio respectivo ainda for possível um progresso no conhecimento, e, portanto, o trabalho científico fizer sentido, nenhum desses sistemas pode ser mais do que um projeto transitório. A abertura do ‘sistema objetivo’ é, pelo contrário, possivelmente, uma especialidade da Ciência do Direito, pois ela resulta logo do seu objeto, designadamente, da essência do Direito como um fenómeno situado no processo da História e, por isso, mutável”. CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. p. 281.

¹⁹ “René Descartes criou o método científico do pensamento analítico, que consiste em quebrar fenómenos complexos em pedaços a fim de compreender o comportamento do todo a partir das propriedades das suas partes”. CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996. p. 34.

²⁰ HESPANHA destaca como a doutrina cartesiana influenciou as ciências jurídicas na direção do Positivismo Jurídico. “Para Descartes (como para os Estóicos), a chave da compreensão estava num interrogar de si mesmo, num excogitar ativo e isolado, pouco atento às realidades exteriores. Embora Descartes não se tenha ocupado do direito, o seu método influenciou, sem dúvida, os juristas que buscavam a segurança. Também estes fizeram nas idéias claras e distintas, na evidência racional dos princípios do direito, na possibilidade da sua extensão através da dedução; enfim, no poder da ‘razão individual’ para descobrir as regras do justo que fugisse à contingência, por se radicar numa ordem racional (quase matemática) da natureza (*mathesis universalis*), de que a razão participava. E é com este direito natural racionalista que se vai avançar no sentido de tornar mais certo o direito positivo”. HESPANHA, António Manuel. **Panorama Histórico da Cultura Jurídica Européia**. 2.ed. Portugal: Publicações – Europa-América, 1998. p. 149-150

²¹ Para uma compreensão crítica do método científico cartesiano, ver CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 1996; CREMA, Roberto. **Introdução à Visão Holística**. São Paulo: Summus, 1989; ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e a suas regras**. São Paulo: Loyola, 2001; SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

problemas enfrentados pela humanidade não comportam olhares simplistas e superficiais. Cada vez mais os elementos que compõem a realidade do mundo são mais diversificados e complexos, demandando por um estudioso atento a tal contexto científico e real. Talvez no topo dos desafios mais complexos a que se defronta a Humanidade desponte a questão ambiental. A ciência jurídica não escapa da mesma crítica!

Devemos pensar em termos planetários a política, a economia, a demografia, a ecologia, a salvaguarda dos tesouros biológicos, ecológicos e culturais regionais – por exemplo, na Amazônia, ao mesmo tempo as culturas indígenas e a floresta -, das diversidades animais e vegetais, das diversidades culturais – frutos de experiências multimilenares que são inseparáveis das diversidades ecológicas, etc. Mas não basta inscrever todas as coisas e os acontecimentos num ‘quadro’ ou ‘horizonte’ planetário. Trata-se de buscar sempre a relação de inseparabilidade e de inter-retro-ação entre todo fenômeno e seu contexto, e de todo contexto com o contexto planetário.²²

Na ciência jurídica, o conceito de sistema também deve compreender toda a complexidade das relações sociais, evitando um olhar desfocado da realidade. Para FRANCISCO AMARAL, sistema

configura-se como um conjunto ordenado de elementos, marcado pela unidade, coerência e hierarquia. Unidade, no sentido de aglutinação desses elementos, normas, princípios e valores em torno de um princípio básico, geral e comum; coerência, como ligação entre si e ausência de contradição; hierarquia, no sentido de dependência e dedutibilidade lógica.²³

A ordem jurídica tece as suas relações desde as suas esferas mais remotas e limitrofes com outras áreas do conhecimento até o seu centro. Dada a sistematicidade normativa que opera na sua estrutura, os valores jurídicos transitam livremente no sistema a fim de oxigená-lo e não permitir a gangrena de algum de seus órgãos vitais (leia-se: direitos fundamentais). A analogia que ora se faz entre um organismo vivo e o sistema jurídico tem a intenção de consagrar e destacar a importância essencial que o direito tem na manutenção, gestão e concretização da vida humana em sociedade.

O sistema jurídico, conforme a doutrina publicista do professor JUAREZ FREITAS, confere unidade sistemática à ordem jurídica, vislumbrando-se

como uma rede axiológica e hierarquizada de princípios gerais e tópicos, de normas e de valores jurídicos cuja função é a de, evitando ou superando antinomias, dar cumprimento aos princípios do Estado

²² MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 158.

²³ AMARAL, Francisco. Racionalidade e Sistema no Direito Civil Brasileiro. Separata de: **O Direito**, ano 126, v. I e II, p. 63-81, 1994.

Democrático de Direito, assim como se encontram consubstanciados, expressa ou implicitamente, na Constituição.²⁴

Os valores jurídicos a que se refere JUAREZ FREITAS vão estabelecer a rede hierárquica-axiológica que deve guiar o intérprete jurídico no seu exercício hermenêutico, a fim de possibilitar a superação das limitações textuais para alcançar o sentido sistemático da norma. Todavia, a par da ordem sistemática do direito, ele não pode afastar-se e abstrair-se da realidade e das particularidades do caso concreto.

A interpretação sistemática deve ser definida como uma operação que consiste em atribuir a melhor significação, dentre várias possíveis, aos princípios, às normas e aos valores jurídicos, hierarquizando-os num todo aberto, fixando-lhes o alcance e superando antinomias, a partir da conformação teleológica, tendo em vista solucionar os casos concretos.²⁵

Não se pode olvidar, todavia, a compreensão do sistema jurídico como um sistema aberto de valores²⁶, em constante interação com outras áreas do conhecimento e, principalmente, com a realidade, que é determinante para a abertura do sistema. Isso porque os valores e princípios que transitam dentro do sistema são mutáveis e condicionados pela realidade social que os permeia e legitima.

(O Sistema Jurídico) não é fechado, mas antes aberto. Isto vale tanto para o sistema de proposições doutrinárias ou 'sistema científico', como para o próprio sistema da ordem jurídica, o 'sistema objetivo'. A propósito do primeiro, a abertura significa a incompletude do conhecimento científico, e a propósito do segundo, a mutabilidade dos valores jurídicos fundamentais.²⁷

O fenômeno jurídico não pode ser analisado de forma isolada e compartimentada, porquanto exige, para a sua compreensão, ser sistematizado. A unidade sistemática deve guiar todo o ordenamento jurídico, destacando a hierarquia dos valores nele consagrada. O ponto centralizador dessa unidade é a Constituição Federal, ao passo que, na condição de Lei Máxima da ordem jurídica brasileira, estabelece os direitos e princípios orientadores de todo o sistema, tendo na dignidade da pessoa humana o seu princípio-matriz.²⁸

²⁴ FREITAS, Juarez. **A Interpretação Sistemática do Direito**. São Paulo: Malheiros Editores, 1995, p. 40.

²⁵ *Ibidem*, p. 54.

²⁶ "O novo século se inicia fundado na percepção de que o Direito é um sistema aberto de valores. A Constituição, por sua vez, é um conjunto de princípios e regras destinados a realizá-los, a despeito de se reconhecer nos valores uma dimensão suprapositiva. A ideia de abertura se comunica com a Constituição e traduz a sua permeabilidade a elementos externos e a renúncia à pretensão de disciplinar, por meio de regras específicas, o infinito conjunto de possibilidades apresentadas pelo mundo real". BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro – Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 46, p. 56-57, 2002.

²⁷ CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. p. 281.

²⁸ Para uma melhor compreensão de sistema no campo científico, ver CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

A partir da compreensão sistemática da ciência jurídica desenvolvida por CANARIS²⁹, pode-se afirmar que os princípios e direitos fundamentais elencados na Carta Magna irradiam-se do centro do ordenamento jurídico para todas as suas esferas, como pressuposto de validade e de ingresso de toda e qualquer norma³⁰ no sistema. Para norma jurídica, adota-se a conceituação e divisão - entre regra e princípio - sugerida por CANOTILHO³¹, a partir da doutrina de ROBERT ALEXY.³²

2.2 A interpretação sistemática do direito

A atividade interpretativa exerce papel fundamental na harmonização e concretização de todo o sistema jurídico. A construção hermenêutica - sistemática e axiológica - deve pautar a recepção do fato social no plano jurídico³³.

Toda questão jurídica apresenta-se sempre como o momento de conexão entre ordenamento, que é um dado, e a atividade interpretativa, a qual, em função dos fatos concretos, tende a conhecê-lo e a aplicá-lo; isso pressupõe que 'o problema' não possa ser considerado fora do 'sistema' e o sistema, renovando-se sempre, não possa ser construído tão-somente em função resolutive do problema.³⁴

²⁹ "O conceito de sistema jurídico deve-se desenvolver a partir da função do pensamento sistemático. Por isso, todos os conceitos de sistema que não sejam capazes de exprimir a adequação valorativa e a unidade interior da ordem jurídica são inutilizáveis ou, pelo menos, de utilização limitada." CANARIS, op. cit., p. 280.

³⁰ ALEXY utiliza-se da doutrina de FRIEDRICH MÜLLER para destacar a concepção de norma jurídica a partir da junção entre o texto normativo e a realidade social a que está vinculada sua aplicação, contrariamente à concepção positivista. "Müller caracteriza su teoría como una 'teoría de las normas que supera el positivismo jurídico'. El enunciado central de la, según él, 'teoría estructural post-positivista de la norma jurídica' es la tesis de la 'no identidad entre norma y texto normativo'. Con esta tesis, Müller quiere decir que 'una norma jurídica es algo más que su texto literal'. La concepción de la norma como 'como constituida sólo lingüísticamente' sería la 'mentira vital de una comprensión meramente formalista del Estado de derecho'. Por el contrario, una teoría post-positivista - y esto significa, según Müller, una teoría adecuada - de la norma jurídica tendría que partir del hecho que 'la norma jurídica (está) también determinada por la realidad social, por el ámbito normativo". ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 2000, 74/75.

³¹ "A distinção feita entre regras e princípios é particularmente importante em sede de direitos fundamentais. REGRAS - insista-se neste ponto - são normas que, verificados determinados pressupostos, exigem, proíbem ou permitem algo em termos definitivos, sem qualquer exceção (direito definitivo). PRINCÍPIOS são normas que exigem a realização de algo, da melhor forma possível, de acordo com as possibilidades fácticas e jurídicas. Os princípios não proíbem, permitem ou exigem algo em termos de "tudo ou nada"; impõem a otimização de um direito ou de um bem jurídico, tendo em conta a "reserva do possível", fáctica ou jurídica". CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 2.ed. Lisboa: Almedina, 1999. p. 1123.

³² "La distinción entre reglas y principios constituye, además, el marco de una teoría normativo-material de los derechos fundamentales y, con ello, un punto de partida para responder acerca de la posibilidad y los límites de racionalidad en el ámbito de los derechos fundamentales. Por todo esto, la distinción entre reglas y principios es uno de los pilares fundamentales del edificio de la teoría de los derechos fundamentales". ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 2000. p. 81-82.

³³ Para o constitucionalista alemão KONRAD HESSE, conforme abordado em sua aula inaugural na Universidade de Freiburg já em 1959, dez anos após a promulgação da Lei Fundamental alemã, "a norma constitucional não tem existência autônoma em face da realidade". HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1991. p. 14.

³⁴ PERLINGIERI, Pietro. **Perfis de Direito Civil**: introdução ao direito civil constitucional. Tradução de Maria Cristina De Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 25/26.

A velha e infrutífera busca pela vontade do legislador³⁵, por apresentar incompatibilidade temporal-histórica com a dinamicidade social, perde a sua importância principal herdada pela doutrina clássica. Os valores e princípios fundamentais do ordenamento jurídico tomam o lugar da vontade do legislador, que é reconstituída a partir do processo hermenêutico tópico-sistemático.

A nova hermenêutica jurídica impulsionada pela visão sistemática busca extrair do direito a sua essência. Ao penetrar nas estruturas mais arcaicas e abissais do direito, a interpretação tópico-sistemática quer desvendar e desvelar aos olhos de todos as suas verdades mais profundas à luz da realidade e dos problemas contemporâneos. A partir dessa nova leitura do direito, o conteúdo deve resgatar o seu espaço diante da hipertrofia da forma, ao passo que a ação política, democrática e constitucional, deve romper com as amarras da burocracia estatal.³⁶ Nesse sentido, PASQUALINI, a partir da leitura que faz da interpretação sistemática de JUAREZ FREITAS em sua obra, aponta para a importância dos princípios e valores fundamentais na sua ordenação dialética dentro do sistema jurídico.

Assim, na gramática do Direito, as normas sempre desempenham o papel de orações subordinadas – e subordinadas ao sistema de princípios e valores constitucionais. Consequentemente, o lido processo hermenêutico exige a mediação dos preceitos singulares através da unidade substancial e teleológica do sistema. Cada trama da rede jurídica se tece, hermenêutica e sistematicamente, a partir das demais tramas constitutivas do sistema. Até a força dos princípios só se deixa conhecer através da sua capacidade de ler outros princípios, liberando, pelo contraste, a energia axiológica de seus opostos. Também por esse motivo, nenhum princípio ou norma é um princípio ou uma norma sem a recíproca influência dos demais princípios e normas.³⁷

Dessa forma, para qualquer leitura que se faça do direito, o seu ponto de partida encontra-se no princípio da dignidade da pessoa humana³⁸, enquanto matriz axiológica de todo o sistema. É a partir da dignidade humana, enquanto sua raiz comum, que se projetam todos os demais princípios do ordenamento jurídico,

³⁵ Deve-se destacar, nesse sentido, a influência que a Escola da Exegese empregou, e ainda emprega, em grande parte da doutrina pátria, consagrando a onipotência do legislador e a atrofia e a submissão do judiciário a esta ordem verticalizada. BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico**. São Paulo: Ícone, 1995. p. 64.

³⁶ LUTZEMBERGER analisa a essência da burocracia estatal. “O que toda burocracia persegue é sua própria sobrevivência e ampliação. A liberdade só aumenta à medida que aumentam a auto-suficiência, a autonomia local, a autogestão, e se descentralizam todas as formas de poder de decisão.” LUTZEMBERGER, José. **Do Jardim ao Poder**. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 179.

³⁷ PASQUALINI, Alexandre. **Hermenêutica e Sistema Jurídico**: uma introdução à interpretação sistemática do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 91.

³⁸ O conceito de dignidade da pessoa humana para o professor INGO WOLFGANG SARLET é descrito como “a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos”. SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 60.

impondo uma racionalidade jurídica humanista³⁹ ao seu intérprete.

3 O SURGIMENTO DE UM NOVO DIREITO FUNDAMENTAL DA PESSOA HUMANA DE TERCEIRA DIMENSÃO⁴⁰

3.1 O processo de reconhecimento histórico-civilizatório das dimensões de direitos fundamentais e a consagração do verde

Os direitos fundamentais⁴¹ da pessoa humana são a expressão máxima que um direito pode adquirir dentro da ordem constitucional e, conseqüentemente, de todo o sistema jurídico. O processo histórico-civilizatório determina e legitima os direitos que devem integrar o rol destacado dos direitos fundamentais.

Além de referir-se a princípios que resumem a concepção de mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, [...] reservada para designar no direito positivo, àquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. No qualificativo 'fundamentais' acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; fundamentais do homem no sentido de que todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados.⁴²

É importante destacar o caráter de historicidade contido na evolução dos direitos fundamentais, aqui compreendidos os direitos humanos positivados no plano interno dos Estados nacionais. A sociedade altera os seus valores na medida em que as demandas históricas lhe impulsionam para caminhos e necessidades novas, objetivando sempre a plena realização da vida e da dignidade humana. Nesse contexto, VASCO PEREIRA DA SILVA⁴³, professor da Universidade de Lisboa, leciona que "as gerações representariam assim a dimensão histórica dos direitos humanos, mostrando como a matriz comum dessas posições subjetivas se vai concretizando ao

³⁹ No diálogo travado entre os personagens Hans Castorp e Settembrini, THOMAS MANN descreve a essência do humanismo vinculada ao respeito à dignidade humana. "Mas, que era afinal o humanismo? Era o amor aos homens, nada mais, nada menos, e por isso implicava também a política, a insurreição contra tudo quanto mancha e desonra a dignidade humana. [...] Desde os seus inícios, defendera a causa do homem, os interesses terrenos, a liberdade do pensamento e o prazer de viver, opinando que o céu, por motivos de equidade, pertencia aos pardais". MANN, Thomas. **A Montanha Mágica**. Tradução de Herbert Caro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 217.

⁴⁰ Sobre o tema, ver a dissertação de mestrado do professor ORCI PAULINO BRETANHA TEIXEIRA junto ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em vias de publicação pela Editora Livraria do Advogado.

⁴¹ Para FERRAJOLI, "*son 'derechos fundamentales' todos aquellos derechos subjetivos que corresponden universalmente a 'todos' los seres humanos en cuanto dotados del 'status' de personas, de ciudadanos o personas con capacidad de obrar; entendiendo por 'derecho subjetivo' cualquier expectativa positiva (de prestaciones) o negativa (de no sufrir lesiones) adscrita a un sujeto por una norma jurídica; y por 'status' la condición de un sujeto, prevista asimismo por una norma jurídica positiva, como presupuesto de su idoneidad para ser titular de situaciones jurídicas y/o autor de los actos que son ejercicio de éstas*". FERRAJOLI, Luigi. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. Madrid: Trotta, 2001. p. 19.

⁴² SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 1997. p. 182.

⁴³ SILVA, Vasco Pereira da. Verdes são também os direitos do homem. **Revista Portugal-Brasil - Ano 2000**, p. 131.

longo do tempo, conduzindo ao progressivo aprofundamento e desenvolvimento das formas de realização da dignidade da pessoa humana”.

A partir do caráter histórico e afirmativo dos direitos humanos fundamentais, com a constatação evidente da degradação e da poluição ambiental em níveis comprometedores à qualidade e à dignidade da vida na casa planetária⁴⁴ e a mobilização social em sua defesa, o direito ao meio ambiente passa a ser reconhecido como um destes valores que compõem o rol dos direitos humanos fundamentais.

A consideração do direito ao meio ambiente como direito do Homem resulta da necessidade de repensar a posição do indivíduo na comunidade perante os novos desafios colocados com as modernas sociedades. E se a ‘dignidade da pessoa humana’ constitui o fundamento dos direitos humanos, a sua realização, em cada momento, exige um esforço de adaptação e de aprofundamento, que é determinado pelas concretas circunstâncias históricas.⁴⁵

No âmbito das quatro⁴⁶ dimensões⁴⁷ de direitos fundamentais, BONAVIDES leciona que o direito ao meio ambiente aparece como integrante da terceira⁴⁸, juntamente com os direitos ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, à qualidade de vida, à paz, à comunicação e ao direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade.⁴⁹ Aos direitos de terceira e quarta dimensões é atribuída uma tendência universalista, sendo estes últimos relativos ao direito à democracia, à informação e ao pluralismo.⁵⁰

Os direitos fundamentais de terceira dimensão, também denominados de direitos de solidariedade e de direitos de fraternidade⁵¹, são de titularidade difusa ou

⁴⁴ “Sob o pretexto de ‘progresso industrial’, sucederam-se, nos últimos anos, catástrofes ecológicas em todo o planeta, tais como as de Three Miles Island (200.000 pessoas evacuadas), Seveso (37.000 pessoas contaminadas), Bophal (2.800 mortos, 20.000 feridos), Tchernobil (300 mortos, 50.000 expostos à radioatividade), Guadalajara (200 mortos, 20.000 sem-teto), a do sangue contaminado, do hormônio do crescimento, do amianto, da ‘vaca louca’, do tabaco, do diesel...” RAMONET, Ignácio. **Geopolítica do caos**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 81.

⁴⁵ SILVA, op. cit., p. 130.

⁴⁶ BONAVIDES, diferentemente de outros constitucionalistas que reconhecem apenas até a terceira dimensão de direitos fundamentais, defende a existência de uma quarta categoria. BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 525.

⁴⁷ Destaca-se a preferência do autor deste artigo pela expressão “dimensões” de direitos fundamentais em detrimento de “gerações” de direitos fundamentais, que sugerem a superação de um pelo outro, quando, na verdade, eles se somam e se acumulam no processo histórico da sociedade, seguindo a orientação doutrinária do professor INGO SARLET.

⁴⁸ No mesmo sentido, BOBBIO aponta para o direito ao meio ambiente como o mais importante direito fundamental ou humano de terceira geração. “Ao lado dos direitos sociais, que foram chamados de direitos de segunda geração, emergiram hoje os chamados direitos de terceira geração, que constituem uma categoria, para dizer a verdade, ainda excessivamente heterogênea e vaga, o que nos impede de compreender do que efetivamente se trata. O mais importante deles é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído”. BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 6.

⁴⁹ BONAVIDES, op. cit., p. 514-531.

⁵⁰ Ibidem, p. 524-525.

⁵¹ “Compreende-se, portanto, porque os direitos de terceira dimensão são denominados usualmente como direitos de solidariedade ou fraternidade, de modo especial em face de sua implicação universal ou, no mínimo, transindividual, e por exigirem esforços e responsabilidades em escala até mesmo mundial para a sua efetivação.” SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 51.

coletiva, apresentando um conteúdo altamente humanista e universal. Nesse aspecto, eles se distinguem substancialmente dos direitos fundamentais de primeira e de segunda dimensões que prescrevem, respectivamente, os direitos civis e políticos e os direitos sociais, culturais e econômicos.

Ao estabelecer a vinculação direta dos direitos fundamentais à concretização da dignidade humana, BONAVIDES relaciona a terceira dimensão destes com a própria manutenção e afirmação da existência humana.

Com efeito, um novo pólo jurídico de alforria do homem se acrescenta historicamente aos da liberdade e da igualdade. Dotados de altíssimo teor de humanismo e universalidade, os direitos de terceira geração tendem a cristalizar-se neste fim de século enquanto direitos que não se destinam especificadamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de um determinado Estado. Têm primeiro por destinatário o gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade moderna concreta. Os publicistas e juristas já os enumeram com familiaridade, assinalando-lhe o caráter fascinante de coroamento de uma evolução de trezentos anos na esteira da concretização dos direitos fundamentais. Emergiram eles da reflexão sobre temas referentes ao desenvolvimento, à paz, ao meio-ambiente, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade.⁵²

O Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana de terceira dimensão, consagrou a relevância deste para todo o conjunto da sociedade.

A questão do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – direito de terceira geração – princípio da solidariedade. O direito à integridade do meio ambiente – típico direito de terceira geração – constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, a própria coletividade social. Enquanto os direitos de primeira geração (Direito Civil e Políticos) – que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais – realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) – que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas – acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade.⁵³

⁵² BONAVIDES, op. cit., p. 523.

⁵³ STF, T. Pleno, MS 22.164/SP, Rel. Min. Celso de Mello, v. Unân., publicado no DJ 17.11.95, p. 39206.

A doutrina e jurisprudência são praticamente unânimes em confirmar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como integrante do rol dos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, constante na Carta Magna de 1988. Nesse contexto, tendo em vista a sua natureza difusa, a proteção ambiental passa a ser uma das bases-éticas fundamentais da sociedade pós-moderna na sua caminhada civilizatória, exigindo-se, para o convívio harmonioso entre todos os integrantes da sociedade brasileira e mundial, a firmação de um pacto ambiental com a Terra, onde todos os atores sociais e estatais assumam as suas responsabilidades e papéis na construção de uma sociedade mundial ambientalmente sustentável.

3.2 A abertura material do catálogo dos direitos fundamentais (Art. 5º, § 2º da Constituição Federal)

O Parágrafo 2º do artigo 5º constitucional determina que os direitos e garantias expressos como tal na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, dando suporte à reordenação do direito ao meio ambiente no quadro dos direitos e garantias fundamentais.⁵⁴

[...] inobstante não necessariamente ligada à fundamentalidade formal, é por intermédio do direito constitucional positivo (art. 5º, § 2º, da CF) que a noção da fundamentalidade material permite a abertura da Constituição a outros direitos fundamentais não constantes de seu texto e, portanto, apenas materialmente fundamentais, assim como direitos fundamentais situados fora do catálogo, mas integrantes da Constituição formal [...].⁵⁵

Na condição de direito fundamental da pessoa humana, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – e a decorrente proteção ambiental – passa a integrar a esfera dos valores permanentes e indisponíveis da sociedade brasileira, não admitindo a sua desconsideração ou mesmo flexibilização. Assim, a tutela do bem jurídico ambiental, expresso em capítulo especial⁵⁶ da Constituição Federal de 1988, deve carregar consigo a essência e a proteção jurídica de um direito e dever

⁵⁴ ALEXY, sob o enfoque da Constituição alemã, trabalha o conceito “*normas adscriptas de derecho fundamental*”, as quais possibilitam a abertura do catálogo dos direitos fundamentais a outros direitos não expressos no rol fundamental. Estas normas estariam diretamente vinculadas à concretização de um direito fundamental catalogado, ou mesmo constituído a partir da materialidade constitucional. “*Se trata, pues, de una relación de fundamentación entre la norma que hay que precisar y la norma precisante. Estas relaciones justifican concebir como normas de derecho fundamental no solo das normas que son expresadas directamente a través de enunciados de la Constitución, sino también las normas del tipo precisado. [...] Esto justifica llamarlas ‘normas adscriptas’. Las normas derecho fundamental pueden, por ello, dividirse en dos grupos: en las normas de derecho fundamental directamente estatuidas por la Constitución y las normas de derecho fundamental a ellas adscriptas*”. ALEXY, Robert. **Teoría de los Derechos Fundamentales**. Tradução de Ernesto Garzón Valdés. Madri: Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2001, p. 70. Tradução de: *Theorie der Grundrechte*.

⁵⁵ SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 78-79.

⁵⁶ Art. 225 da Constituição Federal de 1988.

fundamental da pessoa humana com força vinculante plena e inafastável, não sujeito à discricionariedade estatal ou à livre disposição individual⁵⁷.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado apresenta-se como condição sine qua non para o desenvolvimento da vida humana, sendo, portanto, fundamental à concretização do princípio maior do ordenamento jurídico, que é a dignidade da pessoa humana. Assim, embora não elencado no rol dos direitos e garantias fundamentais do art. 5º da Carta Constitucional de 1988, o direito ao meio ambiente passa a integrar necessariamente tal campo constitucional.

Apesar de o direito ao meio ambiente equilibrado não se incluir no catálogo dos direitos fundamentais do art. 5º da Constituição Federal de 1988, trata-se de um direito fundamental, definido como típico direito difuso, inobstante também tenha por objetivo o resguardo de uma existência digna do ser humano, na sua dimensão individual e social⁵⁸.

3.3 A eficácia das normas constitucionais e as dimensões subjetiva e objetiva do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado

No que tange à eficácia⁵⁹ das normas constitucionais⁶⁰, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, enquanto direito fundamental da pessoa humana, deve ser tomado como norma de eficácia plena, conforme dispõe o §1º⁶¹ do art. 5º constitucional. Nesses termos, a sua aplicação se dá de forma direta e imediata, independentemente de regulamentação para irradiar por toda a ordem jurídica.⁶²

⁵⁷ BROOKS, Richard O. *A constitutional right to a healthful environment*. *Vermont Law Review*, 1992, vol. 16, p. 1110.

⁵⁸ SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 123.

⁵⁹ Para uma melhor compreensão do conceito de eficácia jurídica, é oportuna a sua diferenciação em relação à efetividade. “Por eficácia jurídica entende-se a capacidade (potencial) de uma norma constitucional para produzir efeitos jurídicos. A efetividade, por sua vez, significa o desempenho concreto da função social do Direito, representa a materialização, no mundo dos fatos, dos preceitos legais e simboliza a aproximação entre dever-ser normativo e o ser da realidade social.” BARROSO, Luis Roberto. **O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996. p. 82.

⁶⁰ Adota-se no presente estudo a classificação lecionada por JOSÉ AFONSO DA SILVA, catalogando as normas constitucionais quanto à eficácia em plena, limitada e contida. SILVA, José Afonso. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

⁶¹ § 1º. As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

⁶² Convém destacar a observação feita por TEPEDINO em relação à incidência dos princípios constitucionais na ordem civil. “Do ponto de vista interpretativo, conforme se observou, em doutrina, a progressiva atribuição de eficácia normativa aos princípios vem associada ao processo, delimitável historicamente, de abertura do sistema jurídico. Num sistema aberto, os princípios funcionam como conexões axiológicas e teleológicas entre, de um lado, o ordenamento jurídico e o dado cultural, e de outro, a Constituição e a legislação infraconstitucional. A análise serve de base para ulterior conclusão: ‘a articulação entre a eficácia normativa dos princípios e a abertura do sistema jurídico através da aplicação dos princípios constitucionais é o que serve a fundamentar metodologicamente a reconstrução do direito civil em chave constitucional’. TEPEDINO, Gustavo. Código Civil, os chamados microsistemas e a Constituição: premissas para uma reforma legislativa. In: _____. (Coord.) **Problemas de Direito Civil-Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 14.

⁶³ ALEXY, Robert. **Teoría de los Derechos Fundamentales**. Tradução de Ernesto Garzón Valdés. Madri: Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2001. p. 524. Tradução de: *Theorie der Grundrechte*.

ALEXY⁶³, ademais de reconhecer a vinculação direta dos poderes estatais aos princípios fundamentais, conforme referido no início do capítulo, destaca a eficácia horizontal destes. *“La irradiación de las normas iusfundamentales en todos los ámbitos del derecho – uno de cuyos aspectos más problemáticos se acaba de tratar al considerar el efecto en terceros u horizontal – tiene efectos de gran alcance para el carácter del sistema jurídico”*. A eficácia horizontal⁶⁴, diferentemente da eficácia vertical que se estabelece na relação jurídica-constitucional entre o cidadão e o Estado, dá-se na relação entre cidadãos. Dessa forma, o cumprimento ao direito fundamental é imposto não apenas ao Estado, mas também ao particular, quando sua ação violar direito fundamental de terceiro.⁶⁵

A eficácia constitucional está diretamente relacionada à correspondência material entre a constituição e a realidade social. No momento em que não se vislumbra tal correspondência valorativa, a constituição perde a sua legitimidade e razão. Não se pode conceber uma autonomia entre ambas, constituição e realidade social, porquanto intrinsecamente vinculadas na sua essência.

A norma constitucional não tem existência autônoma em face da realidade. A sua essência reside na sua vigência, ou seja, a situação por ele regulada pretende ser concretizada na realidade. Essa pretensão de eficácia (Geltungsanspruch) não pode ser separada das condições históricas de sua realização, que estão, de diferentes formas, numa relação de interdependência, criando regras próprias que não podem ser desconsideradas. Devem ser contempladas aqui as condições naturais, técnicas, econômicas, e sociais. A pretensão de eficácia da norma jurídica somente será realizada se levar em conta essas condições. Há de ser, igualmente, contemplado o substrato espiritual que as consubstancia num determinado povo, isto é, as concepções sociais concretas e o baldrame axiológico que influenciam decisivamente a conformação, o entendimento e a autoridade das proposições normativas.⁶⁶

O caput do art. 225⁶⁷, em uma perspectiva teleológica, aponta o direito ao

⁶⁴ Sobre a eficácia horizontal dos direitos fundamentais e a vinculação dos particulares a estes, assim como a distinção entre a função dos direitos fundamentais como proibições de intervenção e como imperativos de tutela, ver CANARIS, Claus-Wilhelm. **Direitos Fundamentais e Direito Privado**. Tradução de Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto. Coimbra: Almedina, 2003.

⁶⁵ A professora FERNANDA MEDEIROS destaca as dimensões defensiva e prestacional do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, caracterizando a sua função mista de direito e dever. “O direito e o dever fundamental do meio ambiente consubstanciam-se em um caráter de função mista em relação à teoria dos direitos fundamentais, em virtude da diversidade de normas existentes no artigo 225 da Constituição Federal. O direito fundamental de proteção ambiental, assim como o dever, possui um caráter sem sentido prestacional, quando cumpre ao Estado, por exemplo, prestar a proteção aos recursos naturais – representados pelo ecossistema ecologicamente equilibrado – ou a promoção de alguma atividade para a efetiva proteção do meio ambiente, contra intervenções de terceiros e do próprio Poder Público. Assume, ainda seu caráter em sentido de defesa quando proíbe seus destinatários de destruir, de afetar negativamente o objeto tutelado”. MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio Ambiente: direito e dever fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. p. 32-33.

⁶⁶ HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1991. p. 14-15. Tradução de: *Die normative Kraft der Verfassung*.

⁶⁷ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

meio ambiente ecologicamente equilibrado como essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a toda a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, o que evidencia a importância da qualidade ambiental para todo o conjunto da sociedade. Ao se proteger o meio ambiente, estar-se-á, de forma direta, protegendo o bem jurídico máximo do nosso ordenamento jurídico, que é a vida, na forma mais ampla que esta possa ser concebida. Não apenas a vida humana dispõe de proteção constitucional, mas todas as demais formas de vida, das quais a primeira, para a sua manutenção, desenvolvimento e permanência como espécie, é dependente.

Nesse sentido, destacam-se as dimensões objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais. CANOTILHO determina a dimensão subjetiva “quando se refere ao significado ou relevância da norma consagrada de um direito fundamental para o indivíduo, para os seus interesses, para a sua situação de vida, para a sua liberdade”.⁶⁸ Já, em relação à dimensão objetiva da norma definidora de direito fundamental, CANOTILHO leciona que tal sentido se dá “quando se tem em vista o seu significado para toda a coletividade, para o interesse público, para a vida comunitária”.⁶⁹ Dessa forma, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado representa um valor de toda a sociedade, consagrado através de um processo de afirmação histórica e conquista civilizatória. A dimensão objetiva dos direitos fundamentais projeta o princípio em questão para o plano de valor jurídico do Estado Democrático de Direito.

3.4 Qualidade ambiental como elemento constitutivo do conceito jurídico de dignidade da pessoa humana

O conteúdo conceitual do princípio jurídico da dignidade da pessoa humana⁷⁰ está intrinsecamente relacionado à qualidade do meio ambiente⁷¹ (onde se vive,

⁶⁸ CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2002. p. 1242.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ BARROSO estabelece o conceito de dignidade da pessoa humana, considerando o mínimo existencial e os elementos que o constituem como padrão mínimo para uma existência digna. “Dignidade da pessoa humana expressa um conjunto de valores civilizatórios incorporados ao patrimônio da humanidade. O conteúdo jurídico do princípio vem associado aos direitos fundamentais, envolvendo aspectos de direitos individuais, políticos e sociais. Seu núcleo material elementar é composto do mínimo existencial, locução que identifica o conjunto de bens e utilidades básicas para a subsistência física e indispensável ao desfrute da própria liberdade. Aquém daquele patamar, ainda quando haja sobrevivência, não há dignidade. O elenco de prestações que compõe o mínimo existencial comporta variação conforme a visão subjetiva de quem o elabore, mas parece haver razoável consenso de que inclui: renda mínima, saúde básica e educação fundamental. Há ainda, um elemento instrumental, que é o acesso à justiça, indispensável para a exigibilidade e efetivação dos direitos”. BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro – Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 46, p. 59, 2002.

⁷¹ Nesse ponto, é oportuna a referência ao conceito de meio ambiente adotado pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (6.938/81), em seu artigo 3º, I, o qual evidencia a sua essencialidade à vida: “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

mora, trabalha, estuda, come, veste, pratica lazer).⁷² A vida e a saúde humanas - ou como refere o artigo 225 da Constituição Federal, conjugando tais valores, a “sadia qualidade de vida” – só são possíveis dentro de padrões mínimos exigidos para a existência humana na medida em que haja qualidade ambiental da água que se bebe, dos alimentos que se comem, do solo onde se planta, do ar que se respira, da paisagem que se vê, do som que se escuta, entre outras formas da dimensão ambiental. Como se percebe, a qualidade ambiental está presente nas questões mais vitais e elementares da condição humana, ou seja, na sua sobrevivência enquanto espécie animal⁷³.

O dever de proteção à vida (e à saúde) também é hoje especialmente importante, em danos de natureza ambiental que ameaçam a vida (e a saúde). Os deveres de proteção jusfundamentais (contra ameaças à vida por meio de danos ambientais) só são enriquecidos, todavia, pela normatização como objetivo estatal no art. 20a da Lei Fundamental. Este normatiza o dever legalmente estabelecido de reduzir fundamentalmente as ameaças à vida e à saúde decorrentes de danos ambientais, tanto para as gerações presentes como para as gerações futuras, da forma mais abrangente possível. Em relação aos deveres de proteção jusfundamentais, todavia, tal permanece ao lado do direito subjetivo do art. 2, inc. 2, primeira parte, da Lei Fundamental de proteção da vida e da intangibilidade corporal contra influências lesivas ao meio ambiente, que não é relativizado por meio das cautelas limitadoras do objetivo estatal. É bem verdade que, como base dos deveres ambientais objetivos, o objetivo estatal do art. 20a da Lei Fundamental, com a proteção das bases naturais da vida, ultrapassa sensivelmente a dimensão protetiva da vida e da saúde, de forma que, nessa seara, não há que se considerar uma invocação complementar do art. 2, inc. 2, da Lei Fundamental.⁷⁴

As condições ambientais compõem e concretizam a qualidade da vida e a dignidade humana. É do direito à vida que se projetam e tomam forma todos os demais direitos e garantias fundamentais que compõem e orientam a ordem constitucional brasileira. A razão que levou o constituinte de 1988 a consagrar o direito ao meio ambiente como direito fundamental da pessoa humana espelha-se na concretização da própria vida.

⁷² “...nada obstante a já revelada dimensão coletiva e difusa de parte dos novos direitos de terceira (e da quarta?) dimensão, resta, de regra, preservado seu cunho individual. Objeto último, em todos os casos referidos, é sempre a proteção da vida, da liberdade, da igualdade e da dignidade da pessoa humana, o que pode ser bem exemplificado pelo direito ao meio ambiente. Este, em que pese a habitual (embora não-cogente) presença do interesse coletivo ou difuso, não deixa de objetivar a proteção da vida e da qualidade de vida do homem na sua individualidade”. SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 59.

⁷³ “Os perigos ecológicos colocados por acidentes nucleares em grande escala, pela liberação de químicos em grande escala, e pela alteração e manipulação da composição genética da flora e da fauna do planeta colocam a possibilidade de autodestruição”. GOLDBLAT, David. **Teoria Social e Ambiente**. Tradução de Ana Maria André. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 232.

⁷⁴ O professor KLOEPFER destaca a relação intrínseca entre qualidade ambiental e a vida (e a saúde) humana à luz da Lei Fundamental alemã. A citação foi extraída da tradução (em vias de publicação) feita pela colega RITA DOSTAL ZANINI do ensaio “Vida e Dignidade da Pessoa Humana” (*LEBEN UND WÜRDE DES MENSCHEN*) do professor alemão MICHAEL KLOEPFER, gentilmente cedido para consulta ao autor do presente texto.

[...] o direito à vida, como matriz de todos os demais direitos fundamentais do Homem, é que há de orientar todas as formas de atuação no campo da tutela do meio ambiente. Cumpre compreender que ele é um fator preponderante, que há de estar acima de quaisquer outras considerações como as de desenvolvimento, como as de respeito ao direito de propriedade, como as de iniciativa privada. Também estes são garantidos no texto constitucional, mas, a toda evidência, não podem primar sobre o direito fundamental à vida, que está em jogo quando se discute a tutela da qualidade do meio ambiente. É que a tutela da qualidade do meio ambiente é instrumental no sentido de que, através dela, o que se protege é um valor maior: a qualidade da vida.⁷⁵

Nesse sentido, não se pode conceber a vida - com dignidade e saúde⁷⁶ - sem qualidade ambiental. O elemento “qualidade ambiental” passa a ser constitutivo do próprio princípio da dignidade da pessoa humana, porquanto dependente daquele para a sua plena realização. Na mesma linha, ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN⁷⁷ defende a posição de que “a Constituição Federal de 1988 elevou o direito ao meio ambiente à categoria de direito fundamental do homem, ao caracterizar o equilíbrio ecológico como bem essencial à sadia qualidade de vida”.

A concepção antropocêntrica⁷⁸ da dignidade da pessoa humana voltada única e exclusivamente para os elementos individuais inerentes a cada ser humano passa a sofrer críticas pertinentes ante a nova realidade ambiental e social a que está exposto o indivíduo contemporâneo. A compreensão de vida digna é composta por novos elementos, dentre eles a qualidade ambiental. Mais adiante ainda, apenas a

⁷⁵ SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 67.

⁷⁶ TRINDADE aponta para como a degradação ambiental afeta diretamente a saúde humana. “Pelos efeitos do aquecimento global sobre a saúde humana: câncer de pele, lesão na retina ocular, catarata e eventual cegueira, lesão neurológica, menor resistência a infecções, alteração do sistema imunológico; em suma, a destruição da camada de ozônio pode resultar em danos substanciais à saúde humana assim como ao meio ambiente (danos a plantas terrestres, destruição do plâncton, um elemento chave na cadeia alimentar), revelando assim a necessária convergência da proteção da saúde humana e da proteção ambiental.” TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos Humanos e Meio Ambiente**: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1993. p. 64.

⁷⁷ BENJAMIN, Antonio Herman. Responsabilidade Civil pelo dano ambiental. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo, ano 3, v. 9, p. 12, jan./mar. 1998.

⁷⁸ Nesse aspecto, é importante destacar o rompimento com paradigma antropocêntrico empregado pelo direito ambiental, em favor de um princípio biocêntrico ou ecocêntrico na regulamentação jurídica do ambiente. “As principais novidades trazidas pela abordagem jurídica do ambiente relacionam-se com a nova filosofia, sentido e espírito inerentes ao direito do ambiente. Esses aspectos têm, antes de tudo, a ver com o trânsito de uma concepção exclusivamente antropocêntrica do Direito para a afirmação, cada vez mais extensa, de um princípio biocêntrico ou ecocêntrico: se bem que não se possa afirmar com segurança, no momento presente, que a finalidade subjacente ao direito do ambiente é exclusiva, ou sequer maioritariamente, de raiz ecocêntrica ou biocêntrica, a verdade é que esta pré-compreensão tem ganho cada vez mais importância na regulação jurídica do ambiente”. DIAS, José Eduardo Figueiredo. Direito constitucional e administrativo do ambiente. **Cadernos do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente**. Coimbra: Almedina, 2002, p. 13. Nesse contexto, MORATO LEITE trabalha o conceito de antropocentrismo alargado, objetivando a tutela do meio ambiente independentemente da sua utilidade direta ao homem, ao considerar a preservação da capacidade funcional do patrimônio natural com ideais éticos de colaboração e interação. LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental**: do individual ao coletivo extrapatrimonial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 79. PAULO VINICIUS SPORLEDER DE SOUZA, rompendo paradigmaticamente com a visão liberal-individualista (também antropocêntrica) do direito penal, ante a natureza difusa dos crimes ambientais, provoca a doutrina clássica e consagra o meio ambiente natural como sujeito passivo da criminalidade. SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de. O meio ambiente (natural) como sujeito passivo dos crimes ambientais. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 12, n. 50, set./out. 2004.

título provocativo, pode-se colocar a indagação quanto ao reconhecimento de dignidade apenas à espécie humana. Não seria possível e necessária uma ampliação a outras espécies naturais, tendo em vista o preocupante quadro ambiental que se vislumbra hodiernamente?

Agora, mesmo diante do avanço conceitual do princípio da dignidade da pessoa humana e da consagração doutrinária dos direitos fundamentais, o que também é importante para a concretização desses valores, a grande problemática de ambos os sistemas nacionais e internacionais de proteção do meio ambiente e dos direitos fundamentais de um modo geral é a sua implementação. Apesar de belas constituições, legislações, declarações e documentos internacionais que exaltam a importância máxima dos direitos fundamentais em questão, no momento da efetivação destes, parece que os seus conteúdos se esvaziam e não saem do plano formal (literalmente, do papel).

[...] a maior parte dos direitos sociais, os chamados direitos de segunda geração, que são exibidos brilhantemente em todas as declarações nacionais e internacionais, permaneceu no papel. O que dizer dos direitos de terceira e de quarta geração? A única coisa que até agora se pode dizer é que são expressão de aspirações ideais, às quais o nome de 'direitos' serve unicamente para atribuir um título de nobreza. Proclamar o direito dos indivíduos, não importa em que parte do mundo se encontrem (os direitos do homem são por si mesmos universais), de viver num mundo não poluído não significa mais do que expressar a aspiração a obter uma futura legislação que imponha limites ao uso de substâncias poluentes. Mas uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente. A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novos carecimentos materiais e morais; mas ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido. Não se poderia explicar a contradição entre a literatura que faz a apologia da era dos direitos e aquela que denuncia a massa dos 'sem-direitos'. Mas os direitos de que fala a primeira são somente os proclamados nas instituições internacionais e nos congressos, enquanto os direitos de que fala a segunda são aqueles que a esmagadora maioria da humanidade não possui de fato (ainda que sejam solene e repetidamente proclamados).⁷⁹

A crítica empregada por BOBBIO à implementação, ou melhor, à não-implementação dos direitos humanos é totalmente pertinente. Na medida em que não há instrumentos para a sua efetivação, os direitos humanos fundamentais não passam de meras 'aspirações ideais', não alcançando um patamar de direitos propriamente ditos. O mesmo autor aponta para a dificuldade que a maioria dos países tem na implementação dos direitos sociais de segunda dimensão, quando se exige uma conduta ativa do Estado, diferentemente dos direitos liberais e políticos de primeira geração. O que se esperar dos de terceira, com especial preocupação

⁷⁹ SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 67.

voltada para a proteção ambiental? Esta é a grande aporia da civilização contemporânea que, por ora, não encontra solução.

4 CONCLUSÕES ARTICULADAS

4.1. A complexidade do mundo contemporâneo exige um pensamento científico complexo e crítico, em contraposição ao pensamento científico moderno que, ao retirar o objeto do seu contexto social e ambiental para estudá-lo, não considera tais dimensões no momento de instrumentalizar o conhecimento. Os problemas enfrentados hoje pela humanidade não comportam olhares simplistas e mecânicos da ciência moderna.

4.2. O fenômeno jurídico não pode ser analisado de forma isolada e compartimentada, porquanto exige, para a sua compreensão, ser sistematizado. A unidade sistemática deve guiar todo o ordenamento jurídico, destacando a hierarquia dos valores nele consagrada. O ponto centralizador dessa unidade é a Constituição Federal, ao passo que, na condição de Lei Máxima da ordem jurídica brasileira, estabelece os direitos e princípios orientadores de todo o sistema, tendo na dignidade da pessoa humana o seu princípio-matriz.

4.3. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado configura-se como direito fundamental da pessoa humana de terceira dimensão, nos termos da Constituição Federal de 1988, integrando a esfera dos valores permanentes e indisponíveis da sociedade brasileira. A sua inserção na ordem dos direitos fundamentais é possível através da abertura material do catálogo, prevista no art. 5º, § 2º, da Carta da República.

4.4. No que tange à eficácia das normas constitucionais, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, enquanto direito fundamental da pessoa humana, deve ser tomado como norma de eficácia plena, conforme dispõe o §1º do art. 5º constitucional. Nesses termos, a sua aplicação se dá de forma direta e imediata, independentemente de regulamentação para irradiar por toda a ordem jurídica.

4.5. Ao proteger-se o meio ambiente, estar-se-á de forma direta protegendo o bem jurídico maior do nosso ordenamento: a vida. Não apenas a vida humana dispõe de proteção constitucional, mas todas as demais formas de vida, das quais a primeira para a sua manutenção, desenvolvimento e permanência como espécie, é dependente.

4.6. A crítica à concepção antropocêntrica da dignidade da pessoa humana, voltada única e exclusivamente para os elementos individuais inerentes a cada ser humano, faz-se necessária ante a nova realidade ambiental e social a que está exposto o indivíduo contemporâneo.

4.7. O conteúdo conceitual do princípio jurídico da dignidade da pessoa humana está intrinsecamente relacionado à qualidade do meio ambiente. A vida e a saúde humanas - ou como refere o artigo 225 da Constituição Federal, conjugando

⁷⁹ BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 9-10.

tais valores, a “sadia qualidade de vida” – só são possíveis dentro de padrões mínimos exigidos para a existência humana na medida em que haja qualidade ambiental. Esta se encontra presente nas questões mais vitais e elementares da condição humana, sendo determinante para a sua sobrevivência enquanto espécie. O elemento “qualidade ambiental” é constitutivo do conceito jurídico de dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Letícia. A Convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes corresponde a uma política pública do Estado Brasileiro? **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, ano 9, n. 33, jan./mar. 2004.

ALEXY, Robert. **Teoria de Los Derechos Fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997. Tradução de: Theorie der Grundrechte.

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**: introdução ao jogo e a suas regras. São Paulo: Loyola, 2001.

AMARAL, Francisco. Racionalidade e Sistema no Direito Civil Brasileiro. Separata de: **O Direito**, ano 126, v. I e II, p. 63-81, 1994.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976**. 2.ed. Coimbra: Almedina, 2001.

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

_____. **Interpretação e Aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro: pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 46, p. 29-66, 2002.

BENJAMIN, Antônio Herman. Objetivos do Direito Ambiental. In: **Anais do 5º Congresso Internacional de Direito Ambiental**. BENJAMIN, Antônio Herman; SÍCOLI, José Carlos Meloni. São Paulo: Imesp, 2001. p. 57-78.

_____. Responsabilidade Civil pelo dano ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 9, jan./mar. 1998.

_____. Meio Ambiente e Constituição: uma primeira abordagem. **Anais do 6º Congresso Internacional de Direito Ambiental**. Organizado por Antônio Herman Benjamin. São Paulo: IMESP, 2002. p. 89-101.

BENJAMIN, Antônio Herman (Coord.). **Dano Ambiental**: prevenção, reparação e repressão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **O positivismo jurídico**. São Paulo: Ícone, 1995.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2002.

BROOKS, Richard O. A constitutional right to a healthful environment. **Vermont Law Review**, vol. 16, 1992.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

_____. **Direitos Fundamentais e Direito Privado**. Tradução de Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto. Coimbra: Almedina, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 1999.

_____. **Proteção do Meio Ambiente e Direito de Propriedade**. Coimbra: Coimbra Ed., 1995.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes (coord.). **Introdução ao Direito do Ambiente**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. **As Conexões Ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (RIO DE JANEIRO: 1992). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

CREMA, Roberto. **Introdução à Visão Holística**: breve relato de viagem do velho ao novo paradigma. São Paulo: Summus, 1989.

DIAS, José Eduardo Figueiredo. Direito constitucional e administrativo do ambiente. **Cadernos do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente**. Coimbra: Almedina, 2002.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

FACHIN, Luiz Edson. **Teoria Crítica do Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

FERRAJOLI, Luigi. **A Soberania no Mundo Moderno**: nascimento e crise do Estado nacional. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREITAS, Juarez. **A Interpretação Sistemática do Direito**. São Paulo: Malheiros, 1995.

FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2000.

GRAU, Eros Roberto. **O Direito Posto e o Direito Pressuposto**. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

GOLDBLAT, David. **Teoria Social e Ambiente**. Tradução de Ana Maria André. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Panorama Histórico da Cultura Jurídica Européia**. 2.ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1998.

HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1991. Tradução de: Die normative Kraft der Verfassung.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental**: do individual ao coletivo extrapatrimonial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

LUTZEMBERGER, José. **Do Jardim ao Poder**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1999.

MANN, Thomas. **A Montanha Mágica**. Tradução de Herbert Caro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura. **Meio Ambiente**: direito e dever fundamental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Antropocentrismo X Ecocentrismo na Ciência Jurídica. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, ano 9, n. 36, out./dez. 2004.

MORAIS, José Luis Bolzan de. O surgimento dos interesses transindividuais. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, n. 17, p. 7-24, jul./dez. 1988.

NOGUEIRA, Ana Carolina Casagrande. O conteúdo jurídico do princípio da precaução no direito ambiental brasileiro. **Anais do 6º Congresso Internacional de Direito Ambiental**. Organizado por Antônio Herman Benjamin. São Paulo: IMESP, 2002. p. 285-310.

PASQUALINI, Alexandre. **Hermenêutica e Sistema Jurídico**: uma introdução à interpretação sistemática do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil**: introdução ao direito civil constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

_____. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 1999.

_____. **Direito Ambiental Constitucional**. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

SILVA, Vasco Pereira da. **Verde Cor de Direito**: lições de direito do ambiente. Coimbra: Almedina, 2002.

_____. Verdes são também os direitos do homem. **Revista Portugal-Brasil - Ano 2000**, p. 127-140.

TEIXEIRA, Orci Paulino Bretanha. **O Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado como Direito Fundamental da Pessoa Humana**. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado em Direito), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

TEPEDINO, Gustavo. Código Civil, os chamados microssistemas e a Constituição: premissas para uma reforma legislativa. In: _____ (coord.). **Problemas de Direito Civil-Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 01-16.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos Humanos e Meio Ambiente**: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1993.